

NEOLIBERALISMO E GÊNERO: ENTRELAÇE QUE ACENTUA DESIGUALDADES

Stephany D. Pereira Mencato¹

<https://orcid.org/0000-0001-7956-6274>

Resumo: Este ensaio bibliográfico busca compreender como o neoliberalismo se entrelaça e acentua as desigualdades de gênero, afetando sobretudo mulheres e corpos feminilizados. O objetivo é compreender as reflexões teóricas de Wendy Brown e autoras feminista acerca da governamentalidade neoliberal, sua relação com as mulheres e corpos feminilizados, bem como as possibilidades de resistências feministas. A metodologia adotada é de revisão da literatura, que permite chegar a consideração de necessária atenção frente ao paradoxo presente nos discursos que pregam a autonomização das mulheres, construindo-as como empresárias de si, com liberdade total de escolha entre o mercado e a vida doméstica, única responsável pelos riscos de seus passos na sociedade de livre mercado. Tal paradoxo se firma ao passo que esses discursos ocultam limitações e desigualdades sociais, os quais são ainda legitimados ao serem tomados enquanto decorrentes de uma natureza humana binária pré-existente, ainda que tenha proporcionado certo avanço social e libertário para algumas mulheres no último século.

Palavras-chave: Gênero; Neoliberalismo; Desigualdade; Precariedade.

Recebido em: 12/04/2022

Aceito em: 11/10/2022

¹ Fanny Mencato, doutoranda junto ao Programa de Doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Integração Contemporânea da América Latina (ICAL/UNILA). E-mail: fannymencato@gmail.com

NEOLIBERALISM AND GENDER: INTERRELATION THAT ACCENTS INEQUALITIES

Abstract: This bibliographic essay seeks to understand how neoliberalism intertwines and accentuates gender inequalities, greatly affecting women and feminized bodies. The objective is to understand the theoretical reflections of Wendy Brown and feminist authors about neoliberal governmentality, its relationship with women and feminized bodies, as well as the possibilities of feminist resistance. The methodology adopted is a literature review, which allows for the consideration of the necessary attention to the paradox present in the discourses that preach the empowerment of women, building them as entrepreneurs of themselves, with total freedom of choice between the market and domestic life. , solely responsible for the risks of its steps in the free market society. This paradox established as these discourses hide limitations and social inequalities, which are still legitimized when taken as arising from a pre-existing binary human nature, even though it has provided a certain social and libertarian advance for some women in the last century.

Keywords: Gender; Neoliberalism; Inequality; Precariousness.

NEOLIBERALISMO Y GÉNERO: INTERRELACIÓN QUE ACENTA LAS DESIGUALDADES

Resumen: Este ensayo bibliográfico busca comprender cómo el neoliberalismo entrelaza y acentúa las desigualdades de género, afectando en gran medida a las mujeres y los cuerpos feminizados. El objetivo es comprender las reflexiones teóricas de Wendy Brown y autoras feministas sobre la gubernamentalidad neoliberal, su relación con las mujeres y los cuerpos feminizados, así como las posibilidades de resistencia feminista. La metodología adoptada es una revisión bibliográfica, que permite considerar la necesaria atención a la paradoja presente en los discursos que predicán el empoderamiento de la mujer, construyéndola como empresaria de sí misma, con total libertad de elección entre el mercado y la vida doméstica, única responsable de los riesgos de sus pasos en la sociedad de libre mercado. Esta paradoja se establece en la medida en que estos discursos esconden limitaciones y desigualdades sociales, que aún se legitiman cuando se las toma como derivadas de una naturaleza humana binaria preexistente, si bien ha supuesto un cierto avance social y libertario para algunas mujeres en el último siglo.

Palabras-clave: Género; Neoliberalismo; Desigualdad; Precariedad.

1. Introdução

O presente artigo busca se aprofundar na teoria feminista da cientista política Wendy Brown (2015; 2006), com intuito de responder a seguinte questão: como o neoliberalismo se entrelaça e acentua as desigualdades de gênero, afetando sobremaneira as mulheres e os corpos feminilizados? A autora é uma das principais pesquisadoras sobre feminismo e neoliberalismo, possuindo marcada contribuição na reflexão teórica política contemporânea.

Com intuito de responder à questão proposta e compreender as reflexões da teórica sobre a governamentalidade neoliberal, sua relação com as mulheres e as possibilidades de resistências feministas, buscou-se um diálogo entre Brown e autores de escrita feminista que dialogam com o pensamento foucaultiano, do qual parte a autora, prezando-se assim pelo diálogo especialmente com Margareth Rago (2019), Maurício Pelegrini (2019) e Johanna Oksala (2019).

A primeira seção do trabalho expõem o neoliberalismo para além de suas políticas econômicas e ideologias de livre mercado, com o intuito de pensá-lo enquanto prática política econômica, racionalidade governamental, fenômeno global essencialmente inconstante, não-sistemático, diferenciado e impuro. Partindo assim da noção de governança enquanto epistemologia, ontologia e prática despolitizante, são refletidos os processos de fabricação e alinhamento dos sujeitos aos propósitos e trajetórias neoliberais, bem como se denuncia a ocultação de normas contestáveis e desigualdades sociais interseccionadas ao neoliberalismo.

A seguinte seção reflete como Wendy Brown analisa os problemas de gênero em sua teoria, ainda que esta, em grande medida, englobe a mulher em sua reflexão geral, enquanto indivíduo fabricado pela governamentalidade neoliberal, enquadrado em seus processos de responsabilização sacrificial, o que se destaca é sua denúncia acerca da necessidade de romper com a invisibilidade fabricada nos discursos neoliberais da intensificação das desigualdades de gênero ocorridas em decorrência da redução, privatização e desmantelamento das infraestruturas públicas pelo neoliberalismo. Por fim, o que se traz é uma compreensão sobre o processo de formação do cenário atual de avanço da extrema-direita, com seus discursos violentos contra os feminismos, as mulheres, e corpos feminilizados, bem como a possibilidade de contracondutas, enquanto resistências construídas a partir da percepção interseccional do *sujeito neoliberal, empresário de si*. Como conclusão do presente artigo apontamos para o entrelaço entre neoliberalismo e gênero, vendo-se acentuar as desigualdades sociais que afetam mulheres e corpos feminilizados.

2. Racionalidade neoliberal e a economização da vida

O neoliberalismo, segundo Brown (2019), pode ser definido enquanto uma coletânea de políticas econômicas voltadas à promoção sem restrições do livre mercado internacional, seus fluxos e acumulações de capital. Ele seria responsável por promover baixas tarifas e impostos, privatizações de bens e serviços públicos, desregulamentações de atividades industriais e, por fim, um sistemático desmonte do Estado de bem-estar social e do trabalhismo organizado.

É possível pensá-lo também enquanto uma racionalidade governamental geradora de distintas individualidades, formas de conduta, ordens de sentido e valor social, reflexão que

emerge do pensamento de Foucault (2008) onde se aponta o neoliberalismo como o regime em que busca-se compreender o modo pelo qual seria possível regular o poder político, seu exercício, tomando por base uma economia de mercado. Racionalidade governamental que seria marcada por três transformações sobre o liberalismo clássico: 1. Quanto a dissociação da economia de mercado do princípio do *laissez-faire*, situando-o sob o signo da vigilância, atividade e intervenção permanentes; 2. Quanto a questão das ações conformes ou conjunturais e ordinárias no nível da moldura, pois no neoliberalismo a intervenção governamental deve ser discreta junto aos processos econômicos e maciça junto ao conjunto de dados sociais; 3. No tocante à política social, a transformação ocorre ao se perceber como política social fundamental no neoliberalismo o crescimento econômico, que, por si só, deveria permitir a todos os indivíduos atingir níveis de renda seguros.

É nesse sentido que Wendy Brown (2019), mais do que uma crítica ao pensamento foucaultiano, vale-se dele para empreender uma análise de problemas contemporâneos de sociedades sob o efeito de décadas de governamentalidade neoliberal. Como destaca Pelegrini (2019, p. 198) a preocupação da autora é com o desfazimento dos laços políticos em uma sociedade onde os cidadãos não são mais sujeitos possuidores de direitos, e sim *sujeitos-empresa*, em perpétua concorrência, percepção que afetaria profundamente as políticas públicas e a direção do Estado.

O neoliberalismo está para além de suas políticas econômicas e ideologias de livre mercado, como aponta Brown (2018, p. 12-14), este enquanto política econômica, modalidade de governança e ordenamento racional já é um fenômeno global caracterizado como inconstante, diferenciado, não-sistemático e impuro conforme as diferentes regiões do globo em que é estudado, ele pode ser percebido enquanto um modo específico de racionalidade, produtor de sujeitos, condutor de condutas e esquema valorativo sendo nesse sentido entendido como uma racionalidade governamental que está hoje globalmente onipresente, de modo desunificado e desigual a si mesmo, tanto no espaço como no tempo.

Enquanto forma de raciocínio político contemporâneo, o neoliberalismo articula o significado e a natureza do político, do social e do sujeito e vem usurpando outras formas possíveis de racionalidades governamentais, que poderiam ter vieses mais democráticos, o fez ao se expandir pelo globo ao longo do último século fazendo-se presente nos mais diversos países mesmo que com características e modos distintos em cada um, isso, pois o neoliberalismo se adapta as realidades de cada Estado, sua inventibilidade e capacidade de usurpação é parte de sua caracterização central.

Parte do que torna o neoliberalismo 'neo' é que ele descreve os mercados livres, o livre comércio e a razão empresarial como alcançados e normativos, conforme promulgado por meio da lei e por meio de políticas sociais e econômicas - não simplesmente como ocorrendo por força da natureza. (...) [ele] projeta as esferas política e social tanto como apropriadamente dominadas pelas preocupações do mercado quanto organizadas pela racionalidade do mercado (BROWN, 2006, p. 694²).

Deste modo, no neoliberalismo, para além da facilitação econômica do mercado global,

² Traduzido livremente do inglês.

o que vemos é a construção do Estado e sua interpretação nos termos mercadológicos. Nos termos propostos por Foucault (2008), o objetivo do governo neoliberal é constituir o Estado como um regulador de mercado geral da sociedade, e o faz por meio de intervenções sobre a própria sociedade, fazendo com que os mecanismos concorrenciais possam ter o papel regulador em cada instante e ponto da espessura social. Se desenvolvem e promulgam assim políticas e uma cultura política, que pouco ou nada tem a haver com a promoção do bem-estar social, pois se esforça por colocar o cidadão, exaustivamente, em todas as esferas de sua vida, como ator econômico racional.

Diferencia-se então o neoliberalismo de uma ideologia, distorção ou mitificação da realidade, como expõem Brown (2019), este é produtivo, formador do mundo, capaz de colocar cada esfera e empenho humano sob um viés econômico. Se substituiu na sociedade liberal o cidadão de direitos, aquele do modelo de sociedade anterior, das sociedades liberais clássicas, marcadas pelo contrato social, pelos planos de governo com foco na justiça social, e com mercados orientados pelas necessidades dos Estados.

O objetivo da racionalidade governamental neoliberal, como apontou Foucault (2008) é tão e somente fazer com o que o mercado seja possível, não se fala mais em trocas de mercadorias e sim nos mecanismos da concorrência, a sociedade se submete as dinâmicas concorrenciais, se propaga cada vez mais a sociedade empresarial e o sujeito-empresa, o indivíduo empresário de si mesmo, o *homo oeconomicus*, da empresa e da produção, substitui o cidadão de direitos, ainda que ecos desse permaneçam em cartas de direitos.

Na racionalidade neoliberal generalizada, seus princípios não governam somente por meio do Estado, mas em todos os locais onde a vida, o desejo e a decisão humana se formam. Uma marca crucial dessa racionalidade governamental é o que Brown (2018) chama de *economicização* da vida, processos por meio dos quais se observam a conversão de domínios, a transformação de atividades e sujeitos não econômicos em econômicos, e afeta todas as esferas da vida.

Ao mesmo tempo, em que o discurso neoliberal geral parece se firmar sobre a propagação da liberdade, clamando a emancipação dos indivíduos das redes de regulamentação e intervenção estatal "ele envolve e vincula esses mesmos indivíduos em toda esfera e instituição neoliberalizada da qual participam. Apontando a conduta empreendedora em todos os lugares, ele constrange o sujeito a vestir-se à moda do capital em todos os lugares" (BROWN, 2018, p. 7). É neste sentido que Foucault (2008) já afirmava ser tal prática governamental gestora, produtora, organizadora e principalmente consumidora de liberdade, enquanto este ideal, a liberdade, seria tão somente uma relação atual entre governantes e governados, assim se estabelece uma prática governamental centrada na liberdade, na gestão, produção e organização das liberdades³ e simultaneamente, exatamente por isso, prática implicada no estabelecimento de limites, controles, coerções e obrigações, apoiadas em ameaças a estas liberdades.

A racionalidade neoliberal refaz o humano, agora como partícula do capital, sujeito em simultâneo, definido como membro e enquanto uma empresa, conduzido, em ambas as esferas, por estratégias de governança, regulamentações. A governança não é o mesmo que o neoliberalismo, mesmo convergindo diretamente com este. Ela é a sua forma administrativa

³ Esta prática é consumidora de liberdade na medida em que não pode existir efetivamente sem um certo número de liberdades como a de mercado, de compra e venda, do direito de propriedade, entre outras.

central, sem a governança o neoliberalismo seria impensável nos moldes como se estabeleceu contemporaneamente, como expõem a autora:

[...] a governança opera como uma epistemologia, uma ontologia e uma prática despolitizantes. Suave, inclusiva e técnica em sua orientação, a governança encobre normas contestáveis e estriamentos sociais (como as classes), bem como as normas e exclusões nascidas dos seus próprios procedimentos e decisões. Ela alinha os sujeitos aos propósitos e trajetórias das nações, empresas, universidades e demais entidades que a empregam. Na vida pública, a governança substitui questões liberais e democráticas acerca da justiça por formulações técnicas dos problemas; questões de direito por questões de efetividade; e mesmo questões de legalidade por questões de eficácia. No local de trabalho, a governança substitui a solidariedade horizontal dos sindicatos, da consciência de classe e as políticas de luta por equipes hierarquicamente organizadas, cooperação multilateral, integração entre as partes envolvidas, responsabilidade individual e antipolítica. A governança também é um mecanismo-chave para as políticas e práticas de responsabilização, que fazem da atuação individual autossuficiente (alienada de todo contexto, posição social ou contingência) o terreno da sobrevivência e da virtude (BROWN, 2018, p. 21).

É por meio das distintas estratégias de governança que a racionalidade neoliberal consegue dar vazão aos seus ideais, convertendo o trabalhador, o consumidor, o cidadão de direitos e ativista em partículas isoladas de capital humano, autoinvestidor, empresário de si mesmo, empresa individual, tornando-os não somente mais fáceis de governar, como parte de um projeto geral de crescimento e desenvolvimento econômico infundável, sem limites, em nome do qual ele próprio poderá ser sacrificado e se sacrificará de bom grado. A perspectiva da governança destaca e fomenta trabalhos em equipe, visa sempre o crescimento e o consenso e nega o espaço político da contestação, deliberação e mobilização dos grupos de interesse sobre as normas, é nesse processo onde Pelegrini (2019) aponta que definitivamente se esvazia a cidadania, rompe-se seu elo com o jogo político e a linguagem dos direitos, e passa-se a vinculá-la a concorrência entre os sujeitos-empresa, em seus intermináveis ciclos de avanço tecnológicos, competências que se tornam irrelevantes, necessidades de crescimento econômico e progresso, engendrando estes assim em uma configuração social onde tanto sujeitos quanto Estados perdem simultaneamente sua liberdade.

Se os ideais de liberdade clássicos de autonomia e individualidade ainda permanecem explorados discursivamente pelo discurso neoliberal como centro de sua realidade social, como o eram propagados no liberalismo clássico, a realidade observada é muito contrária, o que se vê é esse ideal libertário esvaziado de sentido ao passo em que se desregulam e privatizam os espaços públicos, os benefícios trabalhistas, e a clássica solidariedade liberal do século XX.

Como aponta Brown (2018, p. 8) “ao mesmo tempo, o sujeito, tomado como capital humano por empresas e macroeconomias, acaba por ficar inteiramente preso às necessidades, trajetórias e contingências dessas entidades e ordens” e assim a liberdade típica dessa racionalidade fica reduzida ao direito cruel do auto empreendedorismo sem quaisquer garantias ou proteções, e a igualdade universal dá lugar a uma sociedade de competição

individualista sem precedentes.

Essa liberdade esvaziada combinada com o menosprezo e a desconsideração do social por parte da governabilidade neoliberal transforma-se em fazer ou dizer o que se quer, sem considerações acerca dos efeitos disso socialmente, culminando como efeito no cenário violento que observamos contemporaneamente, onde genuinamente muitos não se importam com as vulnerabilidades ou destino de outros humanos, outras espécies ou mesmo do planeta. Nas palavras de Brown (2019, p. 38-39):

[...] a desintegração niilista dos valores éticos, combinada com o ataque do neoliberalismo ao social e a liberação da direita e do poder do pessoal gera uma liberdade que é furiosa, apaixonada, e destrutiva – sendo o sintoma de uma destituição ética mesmo se algumas vezes porte os trajes da retidão conservadora.

Caminhamos, assim, ao cenário atual de aliança entre grupos neoliberais e ultraconservadores, onde se destaca o fortalecimento de discursos violentos de extrema-direita e o mercado como fim político, ou seja, tendo o crescimento econômico e o aumento das taxas de crédito como único fim de toda política. Nesse sentido, Foucault (2008, p. 239) já alertava “Lei e ordem (...) não são simplesmente noções-*slogan* para uma extrema direita americana bitolada e originária do Midwest” a governamentalidade neoliberal exige e reflete nesse discurso a não intervenção do poder público na ordem econômica, a não ser na forma da lei, sendo no interior dessa lei onde aparecerá algo como uma ordem econômica, simultaneamente efeito e princípio de sua própria regulação.

Tendo sido toda esfera da vida mercantilizada e a nação reconfigurada em termos empresariais “toda cidadania possível consiste em alinhar nossas expectativas, comportamento e modos de vida a esses fins. Uma cidadania virtuosa realiza esse alinhamento; uma má cidadania (...) o rejeita” (BROWN, 2018, p. 43), é a cidadania despida, assim, de sua voz e engajamento político, sendo a virtude cidadã limitada ao se acomodar e aceitar a vida econômica e o crescimento da nação sem queixas. É nesse cenário onde assistimos também o crescimento das demandas e do espaço judiciário, já apontado por Foucault (2008), em decorrência da centralidade da lei como reguladora das relações entre as empresas, que agem de forma livre no mercado, sejam elas pessoas físicas ou jurídicas.

Analisar esse paradigma neoliberal, sendo hoje dominante socialmente, nos permite pensar um modelo conceitual mais compreensivo, como afirma Oksala (2019), a fim de compreender a construção do gênero feminino e das mulheres em sua forma atual, isso porque, como aponta Brown (2015), a figura do *homo oeconomicus*, que baseia toda a reflexão neoliberal do sujeito como ator universalmente econômico e racional, empresário de si, não é simplesmente ilusória ou ideológica, teórica, é a figura que se tornou uma verdade dominante no último século, responsável pela organização de leis, condutas, políticas, encargos e arranjos cotidianos, figura que intensifica ainda mais processos que invisibilizam pessoas e práticas que não se encaixam no sistema de concorrência na governamentalidade neoliberal.

3. Mulher na sociedade neoliberal

A racionalidade governamental neoliberal segue se espalhando pelo planeta e, ainda que se instale diferentemente em cada Estado, está repleta de exclusões e subordinações internas que, como aponta Brown (2015), vão além de classe, sendo relativas a gênero, sexualidade, raça, religião, etnia e origem global complementadas com premissas imperiais e coloniais. Nesse cenário, dialogando parcialmente com Brown (2015), Oksala (2019) aponta como a concepção liberal, supostamente masculinista do sujeito, imaginando como sujeito central o homem como ser ideal e independente, autointeressado e econômico, também foi fundido e passou a caracterizar cada vez mais as mulheres, estando presente na formação da mulher que emerge nas últimas décadas, ainda conforme a autora, ainda que observemos a importância dos feminismos neste processo, a causa primária de tal modificação pode ser vista no neoliberalismo.

Apontando a intensificação das desigualdades de gênero no sistema neoliberal, Brown (2015) cita exemplos nos quais ocorrem a redução, privatização e desmantelamento de infraestruturas públicas de apoio familiar, infantil e de idosos. Desse modo, a responsabilização individual recai particularmente e de modo desproporcional sobre as mulheres, responsabilizadas em maior grau e penalizadas com a diminuição do acesso ao mercado frente à imposição de uma responsabilidade que transcende a si mesmas, situação em que “o familismo é um requisito essencial, e não uma característica incidental da privatização neoliberal de bens e serviços públicos” (BROWN, 2015, p. 105⁴). Ainda que inicialmente o neoliberalismo pareça valorizar uma suposta autonomização das mulheres no plano de suas subjetividades, enquanto indivíduos, incitando-as a se tornarem empresárias de si mesmas, livres para consumirem e assumirem todos os riscos de seus passos na sociedade de livre mercado como enfatizam também Rago e Pelegrini (2019), oculta-se toda a carga que se põem sobre elas.

O que se vê é uma acentuada desigualdade nas estruturas de gênero, fortalecidas em um cenário crescente de despolitização, desmonte e desregulamentação do Estado, onde indivíduos são responsabilizados e “obrigados a sustentar a si mesmos, num contexto em que poderes e contingências limitam radicalmente sua habilidade de fazê-lo” (BROWN, 2018, p. 41). Neste cenário, se o indivíduo é culpabilizado sistematicamente pelas desgraças do todo, a mulher o é ainda mais, em decorrência do alto grau de responsabilidades que lhe é transferido frente aos processos de privatização sistemáticos, e isso independentemente de atuarem conforme as normas da governamentalidade ou não.

Imaginemos se todas as mulheres adotassem simultaneamente esse modelo discursivo neoliberal, “se tornassem simultaneamente *empresárias de si mesmas*, e apenas isso, o mundo entraria imediatamente em colapso” (PELEGRINI, 2019, p. 201), e tal reflexão se faz em decorrência do peso e importância do trabalho não remunerado de cuidado da vida doméstica desempenhado pelas mulheres, como domésticas, cozinheiras, faxineiras, cuidadoras, mães, filhas e esposas, em um cenário crescente de desmonte dos serviços públicos de assistência, onde o custo e o trabalho recai quase sempre sobre as mulheres das famílias, apontadas cada vez mais como chefes de família, únicas responsáveis pela gestão do lar.

Agora despojado de um lugar na linguagem, visual e discursivamente ausente

⁴ Traduzido livremente do inglês.

da consciência pública, essas forças que moldam a vida das mulheres são intensificadas pela privatização de bens públicos e pelos cortes dos benefícios do trabalho de meio período em que as mulheres estão desproporcionalmente empregadas (BROWN, 2015, p. 106⁵).

Ainda que a figura do *homo oeconomicus* neoliberal se proponha geral e universal, abrangendo a todos sem qualquer distinção de gênero pelo discurso neoliberal, essa figura ideal passa por processos de genderização dos corpos, e é essa a crítica e complementação teórica central do pensamento da autora, ela nos permite perceber como a socialização baseada no binarismo masculino-feminino reforça normas desiguais e as dissemina, por meio de processos ilegíveis nos próprios termos da linguagem neoliberal universalista.

O indivíduo do discurso neoliberal, por ser genérico e universal, é desprovido de gênero, seria, teoricamente, responsabilizado igualmente pelos investimentos feitos como seu próprio capital humano e conseqüentemente único responsável por seu sucesso ou fracasso pessoal, este raciocínio oculta sua característica essencialmente masculina, aplicando-se de modo equivalente esse discurso a qualquer realidade.

A responsabilização, facilitada e imposta pela governança, “assinala um regime, onde a capacidade humana singular de se responsabilizar torna-se um modo de administrar sujeitos, um processo no qual estes são refeitos e reorientados pela ordem neoliberal e através do qual sua conduta é mensurada” (BROWN, 2018, p. 39) não sendo encontrados, em nenhum lugar do discurso neoliberal os poderes que orquestram esse processo, caracterizado na racionalidade governamental como geral, e simultaneamente particular na responsabilização individual.

Com apenas um capital humano competitivo e de valorização em foco, a desigualdade de gênero complexa e persistente é atribuída à diferença sexual, um efeito que o neoliberalismo tem como causa. [...] Mais do que fracasso, a liberdade oferecida pela racionalidade neoliberal (liberdade da regulamentação do Estado e da provisão de necessidades) é literalmente invertida em novas formas de subordinação de gênero, à medida que as mulheres continuam a ser as principais provedoras de trabalho de cuidado não remunerado e mal apoiado fora do mercado e cada vez mais com fluxos de renda individuais para elas e suas famílias (BROWN, 2015, p. 107).

O que a autora destaca no trecho acima é o processo social de genderização do *homo oeconomicus*, apontando como estes processos múltiplos, ocultos e variáveis fixam significados sobre os corpos ao nascimento, atribuindo-lhes uma diferenciação sexual binária e desigual que irá instalá-los em diferentes pontos e com diferentes possibilidades de acesso ao mercado. Nesse cenário os corpos feminilizados são imbuídos de características de responsabilização mais marcadas, não apenas são responsáveis por si mesmas, mas assinaladas como provedoras e cuidadoras naturais do núcleo familiar, o que se soma a uma precarização acentuada decorrente da privatização dos bens públicos e do dismantelamento das políticas de cuidado, e terá como resultado uma acentuada pobreza feminina.

⁵ Traduzido livremente do inglês.

Os processos de precarização, fragilização econômica e social que afetam sobremaneira, ainda que não unicamente as mulheres, se dá em decorrência direta da governamentalidade neoliberal, sendo é oculto e invertido, passando a ser justificado por supostas desigualdades e inferioridades naturais do gênero decorrentes de uma natureza imutável originada no sexo biológico e justificadas pela existência divina de machos e fêmeas, apontada como única responsável pelas mazelas femininas e sobre a qual o sistema enquanto Estado e mercado nada, ou muito pouco, podem fazer a fim de romper com esse cenário.

A responsabilização individual proclama que, se as mulheres não têm acesso igual aos postos mais altos no mercado de trabalho, e se recebem salários menores por desempenhar as mesmas funções, é por sua falta de investimento em capital humano, e não pelo fato óbvio de que realizam duplas jornadas, uma das quais não é remunerada (PELEGRINI, 2019, p. 202).

Ao estudar as relações entre gênero e neoliberalismo, conforme apontam as autoras, não basta observar a extensão da lógica empresarial a todos os âmbitos da vida social e às esferas pública e privada, pois “até mesmo os feminismos se veem fortemente ameaçados, já que as próprias pautas que defendem são capturadas pela lógica empresarial desse novo regime neoliberal” (RAGO e PELEGRINI, 2019).

A governamentalidade neoliberal além da crescente mercantilização trouxe também a marketização ao domínio privado, sendo cada vez mais dependente a economia global não apenas do trabalho das mulheres, mas da feminização do trabalho, posta com o crescimento da demanda por serviços de cuidado e ainda pela universalização no mercado de trabalho global das características historicamente associadas ao trabalho das mulheres: de precariedade, flexibilidade, natureza fragmentária, baixa posição e pagamento. O texto de Oksala (2019), aponta que uma análise unicamente em termos de gênero pode não traduzir completamente as formas de arranjo trabalhistas, por exemplo, trazendo os desafios de se pensar essa realidade como destacada por Wendy Brown (2015).

Ainda que se saiba que não é mais estruturalmente impossível que um certo número de mulheres tornem-se sujeitos neoliberais, no sentido pleno do termo, egoístas, individualistas e economicamente racionais, empresárias de si mesmo, em simultâneo, realizar uma análise independente da categoria de gênero contribui com os processos que invisibilizam e ocultam as desigualdades e subordinações a que se submetem as mulheres no neoliberalismo. É preciso um diálogo cuidadoso com a crença neoliberal de que “as mulheres possuem controle completo de suas vidas, que a feminilidade tradicional é sua livre escolha, e que elas podem conseguir tudo aquilo que queiram, não apesar de, mas com a ajuda dessa livre escolha” (OKSALA, 2019, p. 135) pois esse pensamento pode acabar por torná-las mais condescendentes com as técnicas normativas de gênero, assim a “neoliberalização impõe desafios específicos e diferenciados à política de resistência em larga escala” (BROWN, 2018, p. 50) e precisa ser analisada em suas especificidades.

4. Resistências e o neoliberalismo

Como exposto anteriormente, a teoria de Wendy Brown aponta para a fabricação nas sociedades contemporâneas de cidadãos desprovidos de sua cidadania, responsabilizados individualmente não apenas por seu sucesso/fracasso como também pelo sucesso/fracasso de sua nação. Tal responsabilização chega ao ponto de estes indivíduos em muitos momentos não reivindicarem socialmente qualquer tipo de proteção contra as recessões, os colapsos do mercado de capitais ou imobiliário, dos processos de privatização e terceirização de serviços públicos, ou crises de crédito, entendo como justo ou minimamente necessárias tais ações.

Esses cidadãos são incapacitados de refletirem outros sistemas ou formas de organização social como viáveis, como aponta Brown (2018) eles aceitam a intensificação das desigualdades, por entendê-las como básicas para a manutenção da saúde do capitalismo, e em nome dessa manutenção aceitam a redução do acesso de pobres e classe média a bens anteriormente públicos e agora privatizados como a educação e saúde, redimem o Estado, a lei e a economia de responsabilizarem a si mesmos por sua condição e dificuldades ao ponto de se sacrificarem, aceitando situações que lhes sejam prejudiciais e restrições fiscais quando chamado a fazê-lo, tudo em nome de um crescimento econômico idealizado.

Essa figura do cidadão sem cidadania e desprotegido que legitima, reproduz, defende e se sacrifica pelo sistema capitalista neoliberal representa, em grande medida, o discurso conservador que se impõe sobremaneira para as mulheres, essa racionalidade governamental nascida em nome da liberdade, para se opor ao fascismo, acaba ai mesmo espalhando alguns dos aspectos centrais do fascismo, ainda que sem um Estado autoritário, ao valer-se de poderes sem rosto e de mãos invisíveis. Ao estender os processos de economização e concorrência a todas as esferas da vida, o neoliberalismo "cria um clima de todos contra todos no interior do próprio tecido social de um Estado-nação qualquer" (AMBRÓZIO, 2019, p. 61), e assim os afetos reativos (inveja, medo, raiva) que perpassam os sujeitos passam a fazer parte quase naturalmente do modo governamental de se dirigir a grupos de populações. Um exemplo dessa manifestação poderia ser as políticas de corte orçamentais onde são frequentemente colocados homens contra mulheres, jovens contra idosos, LGBTIA+⁶ contra evangélicos, pentecostais, etc.

A apresentação de Ambrózio (2019) sobre como se alimentam estrategicamente um constante atrito entre grupos internos, criando fantasias de que a perda relativa da riqueza de alguns não se deve ao modelo econômico/social, mas sim a presença de grupos diferentes como mulheres, LGBTIA+, negros, estrangeiros e outros nos espaços públicos dialoga diretamente com a afirmação apresentada ao capítulo anterior de que a governamentalidade neoliberal impõem desafios específicos, diferenciados em larga escala e isso ressoa quando falamos de questões de gênero.

Por si só a razão neoliberal não fabrica, os movimentos nacionalistas em sua face fascista, com discursos de embranquecimento, violência contra feministas, estrangeiros, intelectuais, *queer* e outros; tampouco se diria que ela incita pessoal/diretamente à raiva rancorosa e paixões antissociais tomadas como incentivo à exposição do que existiria de pior da natureza humana, do masculino ou do branco como afirma Wendy Brown (2019), no entanto, são estes movimentos, energias e sentimentos, um efeito direto dessa forma de governamentalidade neoliberal, de suas práticas. Tais emoções emergem como reações ao desmantelamento de rendas, da segurança trabalhista, de pensões, da educação, bem como

⁶ Lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, assexuais e outros.

dos serviços e outros bens sociais públicos, agravados pelo comércio globalizado neoliberal, pelas políticas de impostos, tarifas e restrições que solapam a soberania do Estado-nação produzindo uma corrida mundial sobre o fundo dos salários e rendas públicas.

Ressentimento, rancor, raiva, reação à humilhação e ao sofrimento - certamente tudo isso está em jogo nas mobilizações de extrema direita hoje. No entanto, essa política de ressentimento emerge dos historicamente dominantes na medida em que sentem que o domínio está diminuindo - já que a brancura e a masculinidade aparentemente não conseguem evitar os deslocamentos e perdas que décadas de neoliberalismo produziram para as classes trabalhadoras e médias (BROWN, 2020, p. 55).

A acumulação do capital, a privatização do público, a feminização do trabalho, enfim, todos os processos movidos pelo neoliberalismo debilitam e levam ao declínio os projetos de Estado de bem-estar social e acarretam especialmente o empobrecimento e desproteção das mulheres. Nesse cenário, brancos, de classe operária e média da Europa e América do Norte se viram desempregados, arruinados, sem moradia e presenciaram o fim da era do provedor branco e da soberania do Estado-nação, especialmente nas últimas décadas, marcadas por giros e transições de governos à direita em meio a crises econômicas, sociais e políticas.

Esse sentimento foi explicitado e instrumentalizado por plataformas políticas dos partidos nacionalistas de direita, onde se firmou uma figura hiperbólica no discurso "na qual o terrorista se funde com o ladrão de empregos, com o criminoso e com o vizinho que evita trabalhar e onde, inversamente, falsas promessas de potência econômica restauradas se misturam com falsas promessas de uma supremacia racial e de gênero" (BROWN, 2019, p. 34), e aqui a autora aponta uma ruptura importante: que o fortalecimento dos discursos violentos de extrema-direita vistos atualmente não estão simplesmente revisitando algo que já estava lá, no pior da natureza ou essência humana o tempo todo, é antes o rompante do ressentimento específico e a raiva de um poder injuriado, que se viu perdendo espaço em um cenário de mudanças sociais promovidas pelos estados de bem-estar social, não é possível tomar os propagadores desses discursos como levados pelo erro, como vítimas negligenciadas e prejudicadas de modo especial, ainda que de fato a governamentalidade neoliberal os tenha afetado.

Frente a esse cenário, a resistência e o enfrentamento a essa extrema-direita raivosa crescente com discursos repletos de elementos fascistas e supremacistas, emerge a figura das contracondutas enquanto "possibilidades de construir inventivamente novas formas de se colocar no mundo, novas oportunidades de constituição da subjetividade, novas ideias para relacionar-se consigo e com os outros. Nesse sentido, é uma tarefa ao mesmo tempo, ética e política, individual e coletiva" (RAGO e PELEGRINI, 2019, p. 11).

Para Wendy Brown (2018) passa a ser imperativo que se marque o sujeito não marcado do neoliberalismo, se rompa com o linguajar neoliberal universalista, onde não se atribui ao capital humano gênero, raça, sexualidade ou qualquer outra posição subjetiva, é necessário se revelar a intersecção neoliberal com os poderes de estratificação, marginalização e estigmatização apontando como estes simultaneamente se reconfiguram e reafirmam.

É portanto, crucial que as feministas se engajem na análise crítica do neoliberalismo, assim como na resistência política contra ele. Parece claro que, se quisermos resistir aos novos mecanismos de poder operantes em nossa sociedade, devemos expor e entender seus efeitos constitutivos do sujeito feminino (OKSALA, 2019, p. 135).

Nesse sentido, por exemplo, ao pensarmos o sujeito empresário de si, autônomo e livre para agir no mercado, “se o feminismo restringe-se a advogar apenas um universo de livres escolhas para as mulheres serem o que quiserem, acaba subsumindo-se na lógica neoliberal do sujeito egoísta de interesse, sem atacar o principal ponto, qual seja, de que tais escolhas não são tão livres como aparentam” (PELEGRINI, 2019, p. 205) a ocultação da marcação de gênero nesses casos torna as mulheres mais vulneráveis ao sexismo e não menos, a crença nessa livre escolha as torna mais, suscetíveis as técnicas de governamentalidade neoliberal.

5. Considerações finais

Este ensaio se propôs a refletir como o neoliberalismo se entrelaça e acentua as desigualdades de gênero, afetando sobremaneira as mulheres e os corpos feminilizados. Para tanto, lançamos mão de uma leitura aprofundada de autoras que dialogam sobre o tema na Ciência Política, visando refletir como a teoria pode nos apontar caminhos para compreender a desigualdade de gênero na sociedade contemporânea.

Ao aproximar Brown (2015) de Oksala (2019) por exemplo, foi possível perceber como as teorias podem apresentar limites, especialmente ao se estudar processos complexos como a governamentalidade neoliberal. Buscou-se caminhar com reflexões capazes de se articular e apontar um caminho de análise interseccional, que vá além do pensamento universal. A busca por revelar o lado oculto do neoliberalismo e seus processos de marcação sobre os sujeitos parece ser um caminho para a exposição de mecanismos que agem no seio das sociedades contemporâneas e geram como resultados desigualdades de classe, raça, gênero, sexualidade e colonialidade.

Para um pensamento onde se busque romper com tais desigualdades é necessária uma virada sobre o pensamento universalizante, muitas vezes estabelecido sobre a mulher, sobre a reflexão binarizada, a fim de se refletir as violências em suas intersecções e opressões instrumentalizadas politicamente em diferentes espaços sociais. Refletir o aumento do apoio social às extremas direitas, tomando-o como um efeito das práticas governamentais neoliberais, possibilitou aqui uma ruptura com o pensamento acerca das essências humanas, de sua natureza absoluta e imutável, e do que é ser mulher.

O discurso de autonomização das mulheres como empresárias de si mesmas, com liberdade total de escolha entre o mercado e a vida doméstica, únicas responsáveis pelos riscos de seus passos na sociedade de livre mercado que ainda legitima limitações e desigualdades sociais afirmadas sobre uma suposta natureza humana binária pré-existente precisa ser enfrentado com cautela, sua dúplici realidade precisa ser considerada, pois é inequívoco o avanço social e libertário que algumas mulheres vivenciaram no último século, no entanto, simultaneamente é necessário denunciar o fortalecimento dos sistemas de desigualdade e

opressão para o gênero feminino de modo geral que afetam sobremaneira alguns grupos de mulheres.

O caminho de análise apontado por Wendy Brown (2015) certamente não é o único. Os feminismos são múltiplos, e certamente estão passíveis de críticas e reflexões contrárias como parte inerente ao próprio espaço de construção do pensamento científico. No entanto, acreditamos ser inequívoca sua importância para a articulação do pensamento feminista na Ciência Política.

Referências

- AMBRÓZIO, Aldo. Desapropriar-se do Eu. In: RAGO, M.; PELEGRINI, M. **Neoliberalismo Feminismos e Contracondutas: Perspectivas Foucaultianas**. São Paulo: Intermeios, p. 51-64, 2019.
- BROWN, Wendy. American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization. **Political Theory**. California, v. 36, n. 6, p. 670-714, dez 2006. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20452506>>. Acesso em: 19 out. 2020.
- BROWN, Wendy. **Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution**. United States of America: zone books, 2015.
- BROWN, Wendy. **Cidadania Sacrificial**. Neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. Tradução de Juliane Bianchi Leão. PEQUENA BIBLIOTECA DE ENSAIOS. ed. Brasil: ZAZIE Edições, 2018.
- BROWN, Wendy. O Frankenstein do neoliberalismo: liberdade autoritária nas 'democracias' do século XXI. In: RAGO, M.; PELEGRINI, M. **Neoliberalismo, Feminismos e Contracondutas: Perspectivas Foucaultianas**. São Paulo: Intermeios, p. 17-50, 2019.
- BROWN, Wendy. Neoliberalism's Scorpion Tail. In: WILLIAM CALLISON, Z. M. **Mutant Neoliberalism: Market Rule and Political Rupture**. Nova York: Fordham University, p. 39-60, 2020.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no College de France (1978-1979)**. São Paulo: Martim Fontes, 2008.
- OKSALA, Johanna. O sujeito neoliberal do feminismo. In: RAGO, M.; PELEGRINI, M. **Neoliberalismo Feminismos e Contracondutas: Perspectivas Foucaultianas**. São Paulo: Intermeios, p. 115-138, 2019.
- PELEGRINI, Maurício. Michel Foucault e a crítica feminista ao neoliberalismo. In: RAGO, M.; PELEGRINI, M. **Neoliberalismo, Feminismos e Contracondutas: Perspectivas Foucaultianas**. São Paulo: Intermeios, p. 191-212, 2019.
- RAGO, Margareth; PELEGRINI, Maurício. **Neoliberalismo, Feminismos e Contracondutas: perspectivas foucaultianas**. São Paulo: Intermeios, 2019.